

# MEI AMBIENTE

## DESTAQUE – PROPOSTA DE LEI SOBRE O DEVER DE VIGILANCIA

Em 30 de novembro de 2016 foi transmitido para estudo no Senado o projeto de lei relativo ao dever de vigilância das sociedades que emitem ordem. Marcado pelo desmoronamento do Rana Plaza em abril de 2013 que causou a morte de 1.127 pessoas, os deputados quiseram responsabilizar as sociedades que emitem ordem.

Essa proposta de lei prevê uma obrigação para as grandes sociedades implantadas na França de estabelecer e colocar em prática um plano de vigilância que contenha medidas de vigilância razoáveis que permitam identificar e prevenir violações ao direito do homem e às liberdades fundamentais como também às lesões corporais e aos danos ambientais graves ou aos riscos sanitários resultantes das atividades das sociedades que elas controlam ou terceirizadas e fornecedoras com as quais tenham relações comerciais.

Este plano deve se tornar público e incluir os relatórios anuais das empresas. Ele deve compreender as medidas de acordo com a cartografia dos riscos de cada país, a contratação das obrigações e da responsabilidade social das empresas, o procedimento de alerta e as medidas de proteção dos delatores e das auditorias sociais e ambientais em todos os níveis da cadeia de proteção. O Senado, por sua vez, deseja um afrouxamento das sanções e critérios de aplicação.

## AGRICULTURA – O DATA CENTER AGRICOLA

Desde o mês de dezembro de 2016 a Sociedade da Grande Paris acolhe um *data center* agrícola. O objetivo é cultivar legumes, graças ao calor gerado pelo *data center* que alimentará a serra.

Aposta dupla para a Sociedade: permitir a produção e a distribuição de produtos agrícolas na metrópole e ao mesmo tempo integrar *data centers* no meio urbano.

A adoção da agricultura urbana melhora um pouco a imagem dos *data centers*, que são grandes consumidores de energia. Atualmente, os 140 *data centers* franceses são responsáveis por mais de 8% do consumo de energia elétrica nacional. No segundo *arrondissement* de Paris, a presença de um *data center* é um grande aborrecimento para os moradores da região, que reclamam do barulho.

Com o aumento dos dados pessoais e dos utilizadores de internet, estimados a 4 bilhões daqui a um ano, os *data centers* são indispensáveis para o desenvolvimento econômico. Sua necessidade é inquestionável. Outros projetos poderão surgir: recuperar o calor emitido pelos *data centers* para aquecer casas sociais ou ainda piscinas.

## ANIMAIS – A CACA LEGAL DE LOBOS NA FRANÇA

Em 30 de junho de 2015 saíram dois decretos que visam garantir as condições de caça como também o número de lobos que podem ser mortos por ano. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o lobo na França é uma espécie protegida e frequentemente vítima de derrogação das prefeituras permitindo a sua caça, embora ele também sofra da caça furtiva e de envenenamento.

No período de 2015-2016 o número de lobos que podem ser mortos passou de 24 para 36, embora a população esteja em baixa. Ademais, esses decretos parecem estar em total desacordo com a vontade da população, visto que uma sondagem do IFOP realizada no final de 2013 mostrou que 80% dos franceses são fortemente contrários a sua erradicação.

A partir de 15 de outubro de 2016 uma dezena de lobos foi abatida nos Alpes ainda que nenhum rebanho se encontrava na região e que não tinha conseqüentemente nenhum risco para esses.

A associação FNE, Humanidade e Biodiversidade e a Liga de Proteção dos Pássaros levaram o caso ao Conselho de Estado em 08 de setembro de 2016, alegando que esses novos tetos são desproporcionais e que contravêm a proteção dessa espécie.

## POLUIÇÃO – POR UMA MELHOR QUALIDADE DE AR

Em 23 de novembro de 2016 o Parlamento Europeu adotou novos limites de emissão com o objetivo de melhorar a qualidade do ar. De fato, ainda que as estatísticas mostrem uma leve melhora da qualidade do ar na Europa, a Agência Europeia do Meio Ambiente avalia, no entanto, em 436.000 por ano o número de mortos devido à poluição atmosférica no ano de 2013 na União Europeia e quase 467.000 levando em conta os 41 países da Europa.

Atualmente, a qualidade do ar representa uma questão de saúde pública, o que impulsiona as instituições europeias a tomar certas medidas. Após um acordo entre a Comissão Europeia e o Conselho, o Parlamento adotou medidas que permitem a redução da poluição do ar em 50% até 2030. As medidas adotadas pelo Parlamento substituem a diretiva nº 2008/81/CE. Entretanto, ainda não se sabe se esses novos limites serão aplicados efetivamente. A Agência Europeia do Meio Ambiente considera que entre os anos de 2010 e 2014 quase 10 países da União ultrapassaram ao menos um limite de emissão fixado pela antiga diretiva aplicável.





**Decisão do Tribunal da União Europeia de 15 de dezembro de 2016:**

na quinta-feira 15 de dezembro de 2016, o Tribunal da União Europeia confirmou a legalidade de uma autorização de comercialização de produtos de soja geneticamente modificada entregue em 2012 em favor da Monsanto Europa. Esta autorização, acordada pela Comissão Europeia em junho de 2012 tratava sobre os gêneros alimentícios, ingredientes alimentares e alimentos animais contendo soja geneticamente modificada. A avaliação da toxicidade potencial e do risco alérgico dos OGM não apresentou perigo, de acordo com a Comissão Europeia. Hoje, o Tribunal da União reconheceu a legalidade da autorização da comercialização.

**Decisão da Corte de Apelação de Rennes de 09 de dezembro de 2016 :**

A Corte de Apelação de Rennes condenou em decisão no 09 de dezembro de 2016 a sociedade Total Refinaria Marketing a pagar a quantia de 80.000 euros à Liga de Proteção dos Pássaros pela poluição da Loire pela refinaria de Donges em março de 2008. Os juízes da Corte de Apelação reconheceram o prejuízo ecológico e motivaram sua decisão pelo fato que havia uma “quebra significativa da fauna aviária por dois anos”. Na sequência do acórdão Erika, esta decisão é uma vitória para a LPO.



**ENERGIA – CRIAÇÃO DE “REDES DE CALOR” PARA AS CIDADES FRANCESAS**

No dia 09 de dezembro de 2016, a ministra do Meio Ambiente Ségolène Royal lançou uma mobilização das cidades francesas que não dispõem de “redes de calor” e desejam desenvolvê-la. Isso implica mais de 10.000 habitantes. A associação Amorce, que constitui a primeira rede francesa de informação e acompanhamento de municípios e outros agentes locais em matéria de políticas de energia e clima e da gestão territorial de dejetos, parabenizou o anúncio da ministra. De fato, as redes de calor atendem apenas 6% da necessidade de aquecimento na França. Segundo a associação, “os projetos continuam insuficientes para atingir o objetivo de multiplicar a qualidade do calor e do frio renovável até 2030”.

A associação pede apoio à “Ajuda aos Fundos do Calor”, lançado em 2009 e administrado pela Agência do meio ambiente e controle da energia (Ademe). A ajuda dos Fundos de Calor custeia 3 €/MWh durante toda a duração da concessão da rede de calor, valor dez vezes menor que os apoios públicos à eletricidade renovável, ainda segunda a associação Amorce. A ministra mencionou o “sucesso dos Fundos de Calor”, que permitiram, entre 2009 e 2015, financiar 660 projetos com o objetivo de desenvolver redes de calor. Em 2016, outras redes de calor foram acompanhadas pelos Fundos de Calor, como o de Dunkerque e o de Toulouse. O investimento total foi de mais de 35 milhões de euros.



**TRANSPORTE – O RETORNO DO ECO-IMPOSTO**

A associação Alsace Nature requereu no Conselho de Estado a aplicação do artigo 153 da lei de finanças de 2009, que dispõe sobre o eco-imposto. Após essa requisição e seguindo a posição do relator público, a associação pediu no dia 05 de dezembro ao Governo para decretar uma data para aplicação do eco-imposto para os veículos pesados.



A aplicação desta lei foi adiada após as manifestações dos “gorros vermelhos” na Bretanha, que se opunham a esse dispositivo que permitiria a coleta do eco-imposto. O governo então decidiu adiar a aplicação desta lei, porém ele é legalmente obrigado a aplicá-la, uma vez que a mesma não foi revogada.

Os deputados decidiram revogar as disposições legais sobre o eco-imposto no dia 18 de novembro de 2016 por uma emenda no projeto de lei de finanças de 2017. Todavia, esse processo não tinha sido concluído quando o Conselho de Estado se pronunciou sobre o assunto. Consequentemente, o governo é legalmente obrigado a aplicá-la.



**ENERGIAS RENOVÁVEIS – A PARCERIA TOTAL – SUEZ : A TRANSFORMAÇÃO DOS ÓLEOS ALIMENTARES EM BIO COMBUSTÍVEL**

A crescente demanda de bio combustível incitou a gigante petrolífera francesa a transformar seu sítio em Mède. Essa transformação será o resultado de uma parceria com a Suez que se comprometerá a fornecer à Total durante 10 anos mais de 20.000 toneladas de óleo alimentar usados para fabricar o bio combustível. A Suez implantará um sistema de coleta que será adaptado a todos os sistemas de produção, como também os particulares e as indústrias agro-alimentares.

Na França, 100.000 toneladas de óleo são recuperados todo ano, mas somente 45.000 toneladas são reciclados. O acordo entre Suez e Total permitirá aumentar a recuperação de 20% para redobrar a produção de bio combustíveis na França.

A biorrefinaria é um método que consiste em recuperar os óleos alimentares usados, os óleos residuais e vegetais.

A produção do biodiesel é denunciada por alguns movimentos ecológicos que relatam que consistem numa desviação de terras de sua finalidade agrícola para promover as “culturas cultivadas”. Total também é suspeita de usar milhares de toneladas de óleo de palma, cuja produção é muito prejudicial para o meio ambiente.